

EUA pressionam Brasil para novo acordo com Fundo

Seul — O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, conversou ontem durante duas horas, o dobro do tempo previsto, com Paul Volcker, presidente do Banco Central Norte-Americano. Volcker voltou a insistir em que o governo brasileiro entre num acordo com o Fundo Monetário Internacional, segundo informou uma fonte financeira. Com isso, a mais importante autoridade monetária dos Estados Unidos juntou sua pressão àquela já exercida pelo Comitê bancário que assessorava a negociação brasileira com os credores privados. No dia anterior, William Rhodes, vice-presidente do Citibank e presidente do Comitê, havia deixado claro a Fernão Bracher, presidente do Banco Central brasileiro, que o reescalonamento da dívida só poderá ser acertado após o entendimento do governo com o FMI.

Funaro disse à imprensa, ontem à tarde, que ainda não está definido o tipo de arranjo que poderá ser assinado com o Fundo. Admitiu que se possa chegar a um acordo *stand by* (acordo contingente, válido por até um ano e meio) ou a um compromisso de supervisão ampliada (monitoramento sem que o país receba dinheiro da instituição), desde que a base do entendimento seja a programação de governo prevista para apresentação em novembro. O governo, acentuou o ministro, não desistirá do objetivo de um crescimento mínimo de cinco por cento ao ano, pois o país já experimentou o ajuste ortodoxo, com recessão, e não se deverá voltar a esse caminho. A uma pergunta sobre a possibilidade de impasse, respondeu que dependerá de como evolua a discussão do programa brasileiro. Admitiu também que há um jogo de força na conversação com os bancos.

Sem jamais excluir o interesse do governo em chegar a um entendimento com o FMI, Funaro tem insistido, no entanto, em que as negociações seguem agora um caminho novo, partindo de um plano brasileiro e não da cartilha consagrada pelo Fundo. Por enquanto não há sinal de vitória, nem nas conversações conduzidas pelo ministro, no nível mais alto, nem na discussões de seus assessores com os técnicos da instituição.

O encontro de Funaro com Volcker, ontem à tarde, foi o segundo em dois dias. O primeiro, não programado ocorreu anteontem, quando ele também conversou com James Baker, secretário do Tesouro dos Estados Unidos. Funaro disse à imprensa, na entrevista de ontem, que via com otimismo o plano de apoio aos devedores que Baker prometeu anunciar nesta terça-feira. Indicando conhecer detalhes do Plano, mas recusando revelá-los, o ministro disse que a proposta, embora tímida, revela uma mudança de atitude do governo americano. Segundo ele, a crise internacional poderia ter sido menos grave, se essa mudança tivesse ocorrido há dois anos.

JORNAL DE BRASÍLIA

Funaro contou haver conversado com Volcker sobre problemas da economia internacional e sobre o ajuste da economia brasileira, além de haverem comentado alguns pontos da proposta de Baker. Disse também ter argumentado com Volcker que alguns problemas internos do País como a inflação mais elevada e o aumento da dívida pública, resultaram da rapidez com que se fez o acerto das contas externas. A aceleração do câmbio, a contenção das compras externas e o aumento das exportações forçaram os preços para cima, enquanto o superávit comercial, necessário ao pagamento dos juros, forçou o governo a emitir dinheiro e títulos para absorver os dólares obtidos com o comércio. Volcker, segundo Funaro, perguntou por que o Brasil, dispor de um bom superávit comercial e de reservas acima de 8,5 bilhões de dólares, não aumenta as importações para combater a inflação. As compras no exterior serviram para ampliar a oferta doméstica de certos produtos e para facilitar o acesso a alguns artigos mais baratos produzidos fora do Brasil. A resposta, disse o ministro, foi que não se pode correr o risco de baixar as reservas, agora, pois um aumento de um ponto percentual nos juros internacionais bastaria para anular o esforço de quase um ano custando ao país cerca de 800 milhões de dólares, pouco menos que o montante que se deverá agregar às reservas ao longo de 1985 — cerca de um bilhão de dólares, que elevarão o total a nove bilhões.

As importações poderão crescer, segundo Funaro, se o País conseguir dinheiro novo nos próximos anos. Isso é importante, explicou ele, do ponto de vista do ajuste doméstico da economia, pois do lado externo não há problema por enquanto. Se os juros internacionais não subirem e não houver outros acidentes pela frente, o Brasil poderá repetir o desempenho comercial que vem exibindo e produzir, assim, os dólares necessários ao serviço da dívida. Neste ano e no próximo, o balanço de pagamentos pode ser fechado sem empréstimos novos, se as condições externas não se agravarem, mas será mais confortável, disse o ministro, se as importações puderem ser aumentadas anualmente num montante entre dois e cinco bilhões de dólares.

Ainda é cedo, no entanto, para se falar em novos financiamentos bancários. Antes de chegar lá, Funaro tem de alcançar um entendimento global com os bancos, um objetivo que por enquanto implica um acerto prévio com o Fundo. Para o governo brasileiro há um limite político, o crescimento econômico mínimo de cinco por cento ao ano definido como meta pelo presidente José Sarney.